XI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 28 e 29 de setembro de 2026

INTERVENÇÃO POLICIAL RESTAURATIVA NA ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Ederlan Antônio de Jesus[1]
Sara de Jesus Santos[2]
Aline dos Santos Vieira [3]
Janine Soares de Matos Ferraz[4]
Temístocles Damasceno Silva[5]
Vanda Palmarella Rodrigues [6]

Introdução

A violência juvenil e escolar é reconhecida como um dos principais desafios sociais contemporâneos, exigindo respostas que ultrapassem o modelo punitivista tradicional e avancem em direção a práticas de promoção da paz e da cidadania. Nesse contexto, a Justiça Restaurativa, como método consensualista, apresenta-se como uma alternativa inovadora, ao propor o diálogo, a corresponsabilidade e a empatia como fundamentos para a resolução de conflitos (Zehr, 2008; Achutti, 2013).

A interface entre Justiça Restaurativa e cultura de paz encontra amparo credencial no Programa Saúde na Escola (PSE), política pública intersetorial que articula saúde e educação para o enfrentamento de vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes (Brasil, 2007). O PSE, ao promover ações de prevenção, cuidado e educação em saúde, abre espaço para práticas restaurativas que fortalecem vínculos comunitários e estimulam ambientes escolares mais inclusivos e acolhedores (Ribeiro, 2017).

Nesse sentido, a escola torna-se um espaço privilegiado para a implementação de práticas restaurativas, pois concentra demandas relacionadas à convivência, ao desenvolvimento socioemocional e à promoção da saúde integral (Boyes-Watson; Pranis, 2011). A presença da força policial, inserida em projetos como o Coração de Tinta, amplia

[1]Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da UESB. E-mail: ederlanpintrest@hotmail.com
[2] Enfermeira. Mestre em Ciências da Saúde pelo PPGES da UESB. E-mail: sr_sr2@hotmail.com
[3]Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e do PPGES. E-mail: aline.vieira@uesb.edu.br
[4]Juíza de Direito. Mestre em Segurança Púbica, Justiça e Cidadania, UFBA. E-mail: jsmferraz@tjba.jus.br
[5]Doutor em Educação Física. Docente da UESB, Campus de Jequié. E-mail: Tom@uesb.edu.br
[6]Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB e do PPGES. E-mail: vprodrigues@uesb.edu.br

essa perspectiva ao assumir papel de facilitadora de círculos restaurativos, contribuindo para a construção de uma rede de proteção que integra escola, saúde e segurança pública (Sales; Alencar; Feitosa, 2009).

Dados nacionais, segundo o Ipea e FBSP (2026), evidenciam o crescimento expressivo das notificações de violência interpessoal nas escolas ao longo da última década, acompanhado pela ampliação dos relatos de agressões entre estudantes. O município baiano, onde a experiência se desenvolve, registra índices de violência que acompanham essas tendências nacionais, elevando-se as preocupações relativas à criminalidade entre adolescentes e jovens de territórios vulnerabilizados, reforçando a urgência de estratégias preventivas e intersetoriais.

É nesse ambiente escolar, de consistente capilaridade e potência relacional, que se configura o *lócus* estratégico para a ressignificação de conflitos e a promoção de uma cultura de paz. Assim, este relato busca evidenciar como a experiência vivida em escolas públicas, por meio da atuação de policiais militares em práticas restaurativas, dialoga diretamente com os objetivos do PSE e com a consolidação da cultura de paz como estratégia de enfrentamento da violência escolar e juvenil.

Objetivo

Relatar a experiência da aplicação de práticas restaurativas em escolas públicas, conduzidas por policiais militares vinculados ao Projeto Coração de Tinta.

Descrição da Experiência

O Projeto Coração de Tinta iniciou suas atividades em 2018, com foco na promoção da cultura de paz por meio da Justiça Restaurativa. A metodologia utilizada baseou-se em círculos de construção de paz, oficinas de comunicação não-violenta (CNV) e rodas de conversa, práticas que possibilitam escuta ativa, empatia e corresponsabilidade entre os participantes (Boyes-Watson; Pranis, 2011; Rosenberg, 2003).

Nas escolas, os policiais militares atuaram como facilitadores, conduzindo encontros com estudantes do ensino fundamental e médio. As atividades incluíram: 1) Círculos de construção de paz: espaços seguros para expressão de sentimentos, histórias pessoais e necessidades; 2) Rodas de diálogo: momentos de reflexão coletiva sobre conflitos vivenciados no ambiente escolar; 3) Oficinas de CNV com dinâmicas participativas: exercícios que estimulavam cooperação, solidariedade e reconhecimento do "eu-verdadeiro" de cada participante, premissa central das práticas restaurativas e pressuposto, defendido por Boyes-Watson e Pranis (2011), segundo o qual todo ser humano, por essência, é bom, sábio e poderoso.

A condução dos círculos seguia um fluxo metodológico, a partir de um planejamento direcionado por um roteiro temático. Os temas, de um modo geral, foram variados e abordaram situações e circunstâncias cotidianas da vida na escola e na comunidade. Já os círculos, propriamente dito, perpassaram por etapas direcionadoras, destacando-se: o acolhimento dos participantes e apresentação dos princípios norteadores, uso de objeto da fala para garantir a escuta e a abertura para narrativas livres, além da pactuação coletiva de encaminhamentos com base em valores e combinados. Esse formato permitiu que os estudantes se sentissem seguros para compartilhar vivências e necessidades, incluindo situações de conflito com colegas, familiares e com a própria escola, sem medo de julgamento ou punição.

A experiência foi marcada pela horizontalização das relações entre policiais e estudantes, rompendo com a lógica hierárquica e impositiva. Os policiais se permitiram ser

vistos não apenas como agentes de disciplina, e passaram a ser reconhecidos como parceiros na construção de soluções para os conflitos escolares.

Repercussões

A experiência das práticas restaurativas em escolas públicas enfatizou a interface com o Programa Saúde na Escola (PSE) e os impactos na promoção da cultura de paz e na percepção da comunidade sobre a atuação policial.

Os efeitos da intervenção foram observados em diferentes dimensões: a) Engajamento estudantil – os estudantes demonstraram maior participação nas atividades, relatando sentimentos de confiança e pertencimento; b) Fortalecimento comunitário: houve aproximação entre escola, polícia e famílias, possibilitando a criação de uma rede de apoio mais sólida; c) Transformação positiva de conflitos: ressignificação de práticas e medidas disciplinares, com foco na compreensão das necessidades e dos sentimentos, já que os próprios estudantes passaram a propor soluções dialogadas; d) Mudança de percepção sobre a polícia: os policiais foram vistos como agentes de paz e não apenas como figuras de repressão e medo.

A aproximação entre segurança pública e comunidade escolar favoreceu ainda o reconhecimento da escola como espaço de proteção e cuidado, em consonância com os pressupostos da promoção da saúde e da prevenção das violências. Apesar dos avanços, também foram identificados desafios: resistência cultural ao modelo restaurativo, desconfiança inicial da comunidade escolar e necessidade de formação continuada dos policiais para atuação nesse novo paradigma.

Considerações Finais

A experiência relatada demonstra que a intervenção policial restaurativa na escola, por meio do Projeto Coração de Tinta, constitui uma estratégia inovadora e eficaz para enfrentar a violência juvenil e escolar. Ao adotar práticas restaurativas, a polícia militar contribui para a construção de uma cultura de paz, fortalecendo vínculos comunitários e promovendo soluções dialogadas para os conflitos.

Essa atuação dialoga diretamente com os objetivos do PSE, política pública que busca integrar saúde e educação na promoção do bem-estar de crianças e adolescentes. O PSE reconhece a escola como espaço privilegiado para ações de prevenção e cuidado, e a inserção da polícia em práticas restaurativas amplia essa rede de proteção, ao integrar segurança pública, saúde e educação em torno de um mesmo propósito: garantir ambientes escolares seguros, inclusivos e promotores de cidadania.

Ao alinhar-se com o PSE, a polícia restaurativa fortalece a perspectiva intersetorial, reconhecendo que a violência escolar não pode ser enfrentada isoladamente, mas exige articulação entre diferentes setores e políticas públicas. A escola, nesse sentido, torna-se espaço de convergência de ações que visam não apenas reduzir conflitos, mas também promover saúde integral, desenvolvimento socioemocional e convivência pacífica.

Recomenda-se, portanto, a ampliação de iniciativas semelhantes em outros municípios, com formação continuada dos policiais e integração efetiva com o PSE. Dessa forma, será possível consolidar uma rede de proteção que valorize a vida, a dignidade e os direitos humanos, reafirmando a escola como território de paz e de promoção da justiça social.

Descritores: Violência Escolar. Prevenção. Cultura de Paz.

Referências:

ACHUTTI, Daniel. Justiça restaurativa no Brasil: possibilidades a partir da experiência belga. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 154-181, jan./abr. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/njgHrbLpgbm6T454QrfMtMx/?format=html&lang=pt&ilang=pt_BR. Acesso em: 2 set. 2026.

BOYES-WATSON, Carolyn; PRANIS, Kay. **Circle Forward: Building a Restorative School Community**. St. Paul: Living Justice Press, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, [2025]. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse. Acesso em: 1 set. 2026.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FBSP – FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2026**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2026. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/6e855a6f-1a5d-494d-90aa-753862e10369/content. Acesso em: 16 set. 2026.

RIBEIRO, Renato. **Justiça restaurativa e cultura de paz**. São Paulo: Paulus, 2017.

SALES, Lilia Maia de Morais; ALENCAR, Emanuela Cardoso Onofre de; FEITOSA, Gustavo Raposo**.** Mediação de conflitos sociais, polícia comunitária e segurança pública. **Seqüência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 30, n. 58, p. 281-296, jul. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2009v30n58p281. Acesso em: 1 set. 2026.

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre crime e justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

Utilização da Inteligência Artificial Generativa

Este relato foi elaborado com o apoio da ferramenta de Inteligência Artificial Generativa COPILOT, utilizada para organizar as referências de acordo com as normas da ABNT.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência